

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.867.370/23-3

25 05 2023



MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ nº. 03.170.027/0001-10

NIRE 35.300.187.521

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2023, ÀS 10:00 HORAS**

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Realizada aos 11 (onze) dias do mês de maio de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Ipanema, nº 165, salas 1801, 1802, 1803, 1815 e 1816, Edifício Monte Carlo 18 do Forte, CEP 06.472-002.

2. **PRESENÇA:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, §4º da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), de acordo com a assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas.

3. **MESA:** **Presidente:** Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh; e
Secretário: Eldes José Dias.

4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) aprovar a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, com a omissão da assinatura dos Acionistas, nos termos do Art. 130, §1º, da Lei nº. 6.404/76; (ii) a alteração da forma de representação da Companhia com a consequente alteração dos Artigos 12, 13 e 14; (iii) abertura de uma nova filial da Companhia, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Juari, nº 447 no bairro Tamboré, CEP: 06460-090; (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo a deliberação tomada nos termos dos itens "(ii)" e "(iii)"; (v) eleição dos membros da Diretoria da Companhia; (vi) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e ora aprovadas pelos acionistas da Companhia.

JUCESP
25 05 23

5. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESTRIÇÕES:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, os Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, resolveram aprovar:

(i) a lavratura da Ata desta Assembleia Geral Ordinária na forma de sumário, como faculta o Art. 130, §1º da Lei nº. 6.404/76, com a omissão das assinaturas dos Acionistas;

(ii) a alteração da forma de representação da Companhia, que passará a competir ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro, sempre em conjunto, com a consequente alteração dos Artigos 12, 13 e 14.

(ii).a. em razão da deliberação tomada nos termos do item (ii) acima, os Artigos 12, 13 e 14, já alterados, passarão a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 12. *A Diretoria será composta por 2 (dois) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro.*

Parágrafo Único. *No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da vacância.*

Artigo 13. *Compete aos Diretores, sempre em conjunto, a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social.*

Artigo 14. *Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete em conjunto aos Diretores, ou a 1 (um) dos Diretores em conjunto com um procurador com poderes específicos para a prática dos seguintes atos:*



JUL 25 05 23

(a) a abertura ou encerramento de novas filiais da companhia, assim como quaisquer modificações relacionadas a filiais já existentes;

(b) a aquisição, aluguel, licenciamento, transferência ou aquisição de quaisquer ativos, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses imediatamente anterior à contratação, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(c) o aluguel ou a aquisição de imóveis, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses imediatamente anterior à contratação, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(d) qualquer notificação de término de acordo, bem como qualquer alteração significativa nos termos de acordos celebrados pela companhia, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses imediatamente anterior ao evento, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(e) a celebração de acordos no âmbito de processos judiciais, procedimentos administrativos ou arbitrais em que a companhia figure como parte até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), a celebração de qualquer acordo acima desse valor ficará sujeita a prévia autorização da Assembleia Geral de Acionistas; e

(f) a celebração de acordos com autoridades fiscais até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais); a celebração de qualquer acordo acima desse valor ficará sujeita a prévia autorização da Assembleia Geral de Acionistas.

(iii) Aprovar a abertura da nova filial da Companhia, sendo no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Juari, nº 447 no bairro Tamboré, CEP: 06460-090;

(iii).a. Em razão da deliberação tomada nos termos do item “(iii)” acima, o Artigo 2º - Parágrafo Único, já alterado, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2º. Parágrafo Único: A sociedade possui as seguintes filiais:



JUCESP
25 05 23

Filial 1 - No Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, n.º 4800 – Conj. 201-A, Torre 3, Cidade Jardim, CEP: 05676-120, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 01.170.027/0002-00, NIRE n.º 35.905.886.941;

Filial 2 - No Município de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua Castorina Bittencourt Alves n.º 349, sala 02 Bloco B - Jardim Goiás, CEP: 74.810-370, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 01.170.027/0003-82, NIRE n.º 52.901.640.461;

Filial 3 - No Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, 6594 – Sala 701, 7º andar no Bairro Lourdes, CEP: 30110-044, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 01.170.027/0004-63, NIRE n.º 31.920.085.844;

Filial 4 - No Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Juari, n.º 447 no bairro Tamboré, CEP: 06460-090, (CNPJ em construção).

(iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo a deliberação tomada nos termos dos itens “(ii)” e “(iii)” acima, conforme Anexo I à presente ata.

(v) eleição do Sr. **Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 28.797.395-5-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 283.466.628-82, residente e domiciliado no município de Barueri-SP na Alameda Brasil, n.º 823, no bairro Alphaville, CEP: 06470-000, para o cargo de “Diretor Presidente”; e do Sr. **Eldes José Dias**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade R.G. n.º 7.615.656-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 692.959.568-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Catarina Braida, n.º 359, apto. 151, bloco 03, Mooca, CEP 03.169-030, para o cargo de “Diretor Financeiro”, com mandato até a data de realização da Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;




JUCESP
25 05 23


(iv).a. Os diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou propriedade. Os diretores ora eleitos tomam posse em seus cargos, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria.

(vi) a autorização da administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários à efetivação e implementação das deliberações aprovadas pelos acionistas da Companhia nesta Assembleia.

6. **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Barueri, 11 de maio de 2023. Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh - **Presidente**; Eldes José Dias - **Secretário**.

Os Acionistas, **Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz e Herbey's Holdings S.A.** - representados por Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz e Mariana Cavalheiro Alves de Queiroz, declaram e subscrevem que a presente certidão é cópia fiel da Ata Lavrada no livro de Atas de Assembleia da Companhia.


Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh
Presidente


Eldes José Dias
Secretário



JUCESP
25 05 23

ANEXO I

**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2023, ÀS 10:00 HORAS**

**ESTATUTO SOCIAL
DA
MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A.**

CNPJ nº. 03.170.027/0001-10
NIRE 35.300.187.521

Nome e Duração

Artigo 1º. **Megatelecom Telecomunicações S.A.** é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor.

Sede Social

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Ipanema, nº. 165, salas 1801, 1802, 1803, 1815 e 1816, Edifício Monte Carlo 18 do Forte, CEP 06472-002, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo Único. A sociedade possui as seguintes filiais:

Filial 1 - No Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800 – Conj. 201-A, Torre 3, Cidade Jardim, CEP: 05676-120, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 01.170.027/0002-00, NIRE nº 35.905.886.941.



JUCESP
25 05 23

Filial 2 – No Município de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua Castorina Bittencourt Alves nº 349, sala 02 Bloco B - Jardim Goiás, CEP: 74.810-909, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 01.170.027/0003-82, NIRE nº 52.901.640.461.

Filial 3 - No Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, 6594 – Sala 701, 7º andar, no Bairro Lourdes, CEP: 30110-044, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 01.170.027/0004-63, NIRE nº 31.920.085.844.

Filial 4 - No Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Juari, nº 447 no bairro Tamboré, CEP: 06460-090, (CNPJ em construção).

Objeto Social

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a exploração do ramo de prestação de serviços na área de telecomunicações, provedora de internet e informática em geral, tratamento de dados e provedora de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, serviços de comunicação multimídia – SCM e outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente, podendo instalar, consertar e executar todos os serviços da área de comunicação, bem como o comércio de equipamentos eletrônicos, construção de estações e redes de telecomunicações, participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores customizáveis e não-customizáveis, consultoria em tecnologia da informação e treinamento em informática

Capital Social e Ações

Artigo 4º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.510.297,20 (dois milhões, quinhentos e dez mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte centavos), dividido em 2.503.385 (dois milhões, quinhentos e três mil, trezentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Artigo 5º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável.



WUOLAP
25 05 20

Artigo 6º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, e, quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) Diretores.

Artigo 7º. Por deliberação dos Acionistas que representem a maioria do capital da Companhia, em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, poderão ser criadas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, com as preferências e vantagens que lhes forem atribuídas na emissão.

Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 8º. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei.

Artigo 9º. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas.

Parágrafo Único. As deliberações em Assembleias de Acionistas deverão ser aprovadas por maioria dos presentes, exceção feita (i) aos casos específicos para os quais a Lei das Sociedades por Ações prevê quórum qualificado: e (ii) às deliberações para aprovação das seguintes matérias, que deverão ser aprovadas por acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social votante da companhia:

- (a) a autorização aos administradores da companhia para requererem autofalência ou apresentar requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial em nome da companhia;
- (b) a liquidação e a dissolução da companhia;
- (c) a realização de qualquer cessão em benefício de qualquer credor da companhia, no caso de insolvência da mesma;





- (d) a alteração do exercício fiscal da companhia, ou qualquer alteração na estrutura de capital da companhia;
- (e) a deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, bem como aprovação da distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela companhia;
- (f) a aprovação da subscrição, permuta, doação ou aquisição, a qualquer título, de participação societária representativa do capital de qualquer pessoa, no Brasil ou no exterior, independentemente do valor;
- (g) manifestação de voto a ser proferida pelos representantes legais da companhia em assembleia geral e/ou reunião de sócios de qualquer de suas subsidiárias, com relação às matérias listadas nos itens (a) a (f) acima.

Artigo 10. As Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias serão convocadas por qualquer Acionista e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário.

Administração da Companhia

Artigo 11. A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

§ 1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

§ 2º. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição a seus membros.

Diretoria

Artigo 12. A Diretoria será composta por 2 (dois) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro.



Parágrafo Único. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da vacância.

Artigo 13. Compete aos Diretores, sempre em conjunto, a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social.

Artigo 14. Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete em conjunto aos Diretores, ou a 1 (um) dos Diretores em conjunto com um procurador com poderes específicos para a prática dos seguintes atos:

(a) a abertura ou encerramento de novas filiais da companhia, assim como quaisquer modificações relacionadas a filiais já existentes;

(b) a aquisição, aluguel, licenciamento, transferência ou aquisição de quaisquer ativos, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses imediatamente anterior à contratação, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(c) o aluguel ou a aquisição de imóveis, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses imediatamente anterior à contratação, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(d) qualquer notificação de término de acordo, bem como qualquer alteração significativa nos termos de acordos celebrados pela companhia, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses imediatamente anterior ao evento, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(e) a celebração de acordos no âmbito de processos judiciais, procedimentos administrativos ou arbitrais em que a companhia figure como parte até o limite de R\$

DUCEAP
25 05 20

1.000.000,00 (um milhão de Reais), a celebração de qualquer acordo acima desse valor ficará sujeita a prévia autorização da Assembleia Geral de Acionistas; e

(f) a celebração de acordos com autoridades fiscais até o limite de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais); a celebração de qualquer acordo acima desse valor ficará sujeita a prévia autorização da Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 15. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 16. As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes.

Conselho Fiscal

Artigo 17. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 18. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

Parágrafo Único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger.

Exercício Social e Lucros

Artigo 19. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas.



JUCESP
25 05 23

§ 1º. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 2º. Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei 6.404/76.

§ 3º. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

§ 4º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.

§ 5º. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Liquidação

Artigo 20. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. Sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante.

Disposições Finais

Artigo 21. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei 6.404/76, conforme alterada.

Artigo 22. Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais.



JUCESP
25 05 23

MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A.

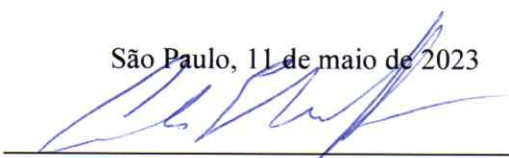
CNPJ/MF nº. 03.170.027/0001-10

NIRE 35.300.187.521

TERMO DE POSSE

Neste ato, **CARLOS EDUARDO SOARES DE MOURA E SEDEH**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 28.797.395-5-SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 283.466.628-82, residente e domiciliado na Cidade de Barueri-SP, na Alameda Brasil, nº 823, bairro Alphaville, CEP: 06470-000, toma posse, nesta data, do cargo de Diretor Presidente da MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.631.348/0001-87, e com seus atos constitutivos e demais documentos societários arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.187.521, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Ipanema, nº. 165, salas 1801, 1802, 1803, 1815 e 1816, Edifício Monte Carlo 18 do Forte, CEP 06472-002 ("Companhia"), para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data, para um mandato com prazo até a data de realização da Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis aplicáveis e pelo Estatuto Social da Companhia, e declara, sob as penas da lei, que (i) não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foi condenado ou está sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e não possuindo e/ou representando interesse conflitante com os interesses da Companhia. O Sr. Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh informa à Companhia que receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço acima indicado.

São Paulo, 11 de maio de 2023


Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh
Diretor Presidente

JUCESP
25 05 23

MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº. 03.170.027/0001-10

NIRE 35.300.187.521

TERMO DE POSSE

Neste ato, **ELDES JOSÉ DIAS**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 7.615.656-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 692.959.568-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Catarina Braida, nº 359, apto. 151, bloco 03, Mooca, CEP 03.169-030, toma posse, nesta data, do cargo de Diretor Financeiro da MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.631.348/0001-87, e com seus atos constitutivos e demais documentos societários arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.187.521, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Ipanema, nº. 165, salas 1801, 1802, 1803, 1815 e 1816, Edifício Monte Carlo 18 do Forte, CEP 06472-002 ("Companhia"), para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data, para um mandato com prazo até a data de realização da Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis aplicáveis e pelo Estatuto Social da Companhia, e declara, sob as penas da lei, que (i) não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foi condenado ou está sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e não possuindo e/ou representando interesse conflitante com os interesses da Companhia. O Sr. Eldes José Dias informa à Companhia que receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço acima indicado.

São Paulo, 11 de maio de 2023

Eldes José Dias
Diretor Financeiro